

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

VICENTE PAULINO DE LIMA NETO

**UM FORTE HOLANDÊS EM ITAMARACÁ: HISTÓRIA E ATRATIVO
TURÍSTICO PERNAMBUCANO**

**RECIFE – PE
2022**

VICENTE PAULINO DE LIMA NETO

**UM FORTE HOLANDÊS EM ITAMARACÁ: HISTÓRIA E ATRATIVO
TURÍSTICO PERNAMBUCANO**

Relatório de Trabalho de Conclusão de Mestrado
Profissional em História, da Universidade Católica de
Pernambuco, como requisito parcial de desempenho
para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Flávio José Gomes Cabral

RECIFE – PE
2022

L732f Lima Neto, Vicente Paulino de
Um forte holandês em Itamaracá : história e atrativo turístico
pernambucano / Vicente Paulino de Lima Neto, 2022.
53 f. : il.

Orientador: Flávio José Gomes Cabral
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica
de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História.
Mestrado Profissional em História, 2022.

1. Forte Orange (Ilha de Itamaracá, PE) – História.
2. Patrimônio Histórico. 3. Turismo cultural. I. Título.

CDU 981.34

Luciana Vidal - CRB4/1338

L732f Lima Neto, Vicente Paulino de
Forte Orange / Vicente Paulino de Lima Neto, 2022.
8 f. : il.

Originalmente apresentado como Relatório técnico de
Mestrado Profissional em História

1. Forte Orange (Ilha de Itamaracá, PE) – História.
2. Patrimônio Histórico. 3. Turismo cultural. I. Título.

CDU 981.34

Luciana Vidal - CRB4/1338

VICENTE PAULINO DE LIMA NETO

UM FORTE HOLANDÊS EM ITAMARACÁ: HISTÓRIA E ATRATIVO TURÍSTICO PERNAMBUCANO

Relatório de Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial de desempenho para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: 14/12/2022

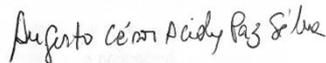
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Flávio José Gomes Cabral
(Professor Orientador – Universidade Católica de Pernambuco/UNICAP)



Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena
(Examinador Interno – Universidade Católica de Pernambuco/UNICAP)



Prof. Dr. Augusto César Acioly Paz Silva
(Examinador Externo – Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde/AESA)

A História do Brasil desde a época do pré-
descobrimento é uma fonte riquíssima e inesgotável
(...)

Ricardo V. Barradas

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, criador de todo universo e que nos dá saúde e sabedoria!

Foram tantas pessoas e situações que me motivaram e deram incentivos e perseverança para que este trabalho pudesse chegar até a fase de conclusão, que seria impossível mencionar todos os nomes que passaram e estão presentes em toda a minha vida. Entretanto, trago para ficar bem registrado nessas linhas o nome dos meus pais, **Diva Wanderley de Lima** e **Eliese de Lima**, porque deles vieram, a boa educação, a oportunidade de frequentar boas escolas e com isso obter uma boa formação acadêmica.

Agradeço também à minha esposa e filho, **Maria José** e **Leonardo Lima** pelo apoio e paciência durante esta jornada.

Minha gratidão a todos que fazem o corpo docente e funcionários da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Em especial ao meu ilustre professor e orientador **Dr. Flávio Cabral**. Esta pessoa paciente, zelosa, cuidadosa e bastante alegre. Ser seu aluno e orientando foi uma excelente experiência.

Finalmente, também agradeço a todos e todas que formaram essa maravilhosa turma, que incentivou uns aos outros para finalização desse mestrado na UNICAP.

RESUMO

Reconhecer a importância da História para os estudos turísticos na Ilha de Itamaracá trouxe a necessidade da análise da reminiscência do período colonial brasileiro nesta região insular, ramificadas entre os vestígios portugueses, franceses e holandeses referente aos redutos defensivos construídos no litoral norte de Pernambuco, em destaque, o patrimônio histórico do Forte Orange. Apontado por historiadores como peça unificadora e com potencial de trazer identidade, um patrimônio histórico deve estar incluso na cultura de diferentes sociedades, sendo um importante componente cultural, dentro de uma dinamicidade. Neste contexto, as intervenções europeias, do período colonial, se mesclam com a incidência cultural dos povos nativos e formou um valioso acervo patrimonial, histórico e cultural na Ilha, na qual o Forte Orange, desponta, dentro de um contexto histórico, apresentando um significativo potencial atrativo turístico. Sendo o patrimonial cultural, um elemento, deve estar associado com um passado histórico e social, não isolando o bem de seu contexto, mais criando subterfúgios que possa “preservá-lo” na memória coletiva ou em um espaço. Nesta linha de análise, o relatório, destaca a necessidade de apontar a importância da história e do potencial turístico que o forte possui, principalmente, no momento em que o espaço ficou fechado durante oito anos para reformas (2010-2018). Após a última mudança na estrutura (2018), não foi identificada uma exploração significativa para uma possível ascensão turística, quanto ao trajeto histórico da construção do forte e sua importância no período em que foi utilizado como reduto defensivo. A finalidade desta pesquisa foi produzir uma cartilha destinada aos estudantes do ensino fundamental e à comunidade local, exaltando as potencialidades turísticas do forte, com os elementos construtivos, suas reformas e as curiosidades que contam a história do Forte Orange.

Palavras-chave: Capitania de Itamaracá. Patrimônio histórico. Potencial turístico. Forte Orange.

ABSTRACT

Recognizing the importance of History for tourist studies on the Island of Itamaracá brought the need to analyze the reminiscence of the Brazilian colonial period in this island region, branched out among the Portuguese, French and Dutch traces referring to the defensive strongholds built on the north coast of Pernambuco, highlighted, the historical heritage of Fort Orange. Pointed out by historians as a unifying piece and with the potential to bring identity, a historical heritage must be included in the culture of different societies, being an important cultural component, within a dynamicity. In this context, European interventions, from the colonial period, are mixed with the cultural impact of native peoples and formed a valuable patrimonial, historical and cultural collection on the Island, in which Forte Orange, emerges, within a historical context, presenting a significant potential tourist attraction. Since cultural heritage is an element, it must be associated with a historical and social past, not isolating the good from its context, but creating subterfuges that can “preserve” it in the collective memory or in a space. In this line of analysis, the report highlights the need to point out the importance of the Fort's history and tourist potential, especially when the space was closed for eight years for renovations (2010-2018). After the last change in the structure (2018), no significant exploration was identified for a possible tourist rise, regarding the historical path of the construction of the Fort and its importance in the period in which it was used as a defensive stronghold. The purpose of this research was to produce a booklet aimed at elementary school students and the local community, extolling the tourist potential of the fort, with the constructive elements, its reforms and the curiosities that tell the story of Fort Orange.

Keywords: Captaincy of Itamaracá. Historic heritage. Tourist potential. Fort Orange.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capitânicas hereditárias de acordo com o Tratado de Tordesilhas.....	14
Figura 2 – Mapa da localização do canal de Santa Cruz até a baía da Traição.....	15
Figura 3 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Ilha de Itamaracá - Pernambuco.....	17
Figura 4 – Atualmente Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Vila Velha - Ilha de Itamaracá – Pernambuco.....	18
Figura 5 – Ocupação da Companhia das Índias Ocidentais.....	21
Figura 6 - Desenho do Forte Orange em 1645.....	28
Figura 7 - Desenho da planta baixa do Forte Orange.....	28
Figura 8 - Ruínas das muralhas do Forte Orange antes da reforma em 1970.....	29
Figura 9 - Muralhas do Forte Orange atualmente.....	30
Figura 10 - Praça das armas antes dos achados arqueológicos em 1970.....	30
Figura 11 - Entrada principal do acesso a praça das armas antes dos achados arqueológicos em 1970.....	31
Figura 12 - Praça das armas atualmente.....	31
Figura 13 - Pórtico da entrada do Forte Orange antes da reforma em 1970.....	32
Figura 14 - Pórtico e entrada do Forte Orange atualmente.....	32
Figura 15 - Material bélico (canhões) com o escudo das armas lusas antes da reforma em 1970.....	33
Figura 16 - Posição do material bélico (canhões) atualmente.....	33
Figura 17 - Tamanho da cartilha Fechada (15x21cm).....	42
Figura 18 - Tamanho da cartilha Aberta (60x21cm).....	42
Figura 19 - Páginas inicial e final referentes à capa e contracapa da cartilha.....	44
Figura 20 - Introdução da cartilha.....	45
Figura 21 - Item (2) da cartilha.....	46
Figura 22 - Item (3) e Item (4) da cartilha.....	47
Figura 23 - Item (5) da cartilha.....	48
Figura 24 - Item (6) da cartilha.....	49

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BDE/PE - Base de Dados do Estado de Pernambuco

FUNDAJ – Função Joaquim Nabuco

FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PE – Pernambuco

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

WIC – *West Indische Compagnie*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 FUNDAÇÃO E OCUPAÇÃO DA ILHA.....	14
3 INVASÃO HOLANDESA.....	20
4 O FORTE ORANGE: POTENCIALIDADE TURÍSTICA HISTÓRICA.....	25
5 DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	37
6 ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.....	42
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Na delimitação do tema, o relatório pretende apontar como foi marcada, a história da Ilha de Itamaracá, por um dos patrimônios do local, em forma de roteiro, de modo que o material (produto) possa ser capaz de orientar turistas, nativos e estudantes, sobre a carga histórica da edificação do Forte Orange, construído para ser um reduto defensivo e com isso demonstrar seu possível potencial turístico.

No capítulo “**A fundação e ocupação da Capitania de Itamaracá**”, apresentamos discussões a partir das pesquisas dos historiadores Manuel Correia de Andrade, Evaldo Cabral de Melo, José Antonio Gonsalves de Mello, o quanto as ocupações lusitanas eram consideradas frágeis, diante dos constantes ataques para tomada de posse da Ilha localizada ao norte do litoral de Pernambuco, especificamente no século XVI, em que se havia dúvida dos direitos adquiridos para a ocupação e colonização do Brasil.

Vale destacar também que o processo de construção do espaço colonial na Capitania de Itamaracá se deu por meio da evolução urbana da Ilha, na qual o mesmo foi um dos primeiros núcleos de povoamento em Pernambuco. As pesquisas históricas e arqueológicas de Josué Lopes Santos e Ana Lúcia Nascimento Oliveira, em especial na atual Vila Velha, antiga Vila de Nossa Senhora da Conceição, foi resultado, segundo contexto histórico, da ocupação da uma das Províncias Unidas dos Países baixos, localizado ao norte do litoral, pela faixa litorânea do nordeste brasileiro, implicando na construção de vilas e promoveram o povoamento do território.

Defender o litoral brasileiro, na costa da América portuguesa, contra novas ocupações estrangeiras, propiciou a origem da construção de fortificações, fundando vilas em pontos estratégicos. Em meados do século XVI, governanças de Portugal instaladas no Brasil, perceberam que as estratégias para conter o avanço das invasões estrangeiras estavam sendo ineficazes, pois ocorriam corriqueiramente invasões no território por vassallos de outras Coroas europeias. A Coroa portuguesa, no processo de governança, durante o período colonial, teve como solução encontrada, a construção de redutos fortificados na costa litorânea.

No Capítulo sobre “**A invasão holandesa na Capitania de Itamaracá**”, trouxemos uma breve descrição com relação à necessidade dos holandeses tomarem colônias de Portugal, por causa da rivalidade entre Espanha e Holanda, no âmbito econômico, político e religioso. Na união dos portugueses e espanhóis (União Ibérica), ficou estabelecido o conflito em decorrência da exclusão dos holandeses do comércio açucareiro. Com o objetivo da exploração

de riquezas naturais, as ocupações territoriais foram caracterizadas por projetos arquitetônicos defensivos na costa para impedir invasões estrangeiras, por parte da Coroa portuguesa no período colonial. As fortificações regulares foram destaques no cenário histórico no Brasil no século XVI.

Os domínios holandeses do Brasil foram se estabelecendo por meio de manobras militares marítimas, havendo a necessidade de construções militares fortificadas com pedras e armadas com canhões. O Forte de Orange foi uma dessas fortificações edificadas.

Destaca-se neste capítulo, que o período por volta de 1631, de acordo com os historiadores Evaldo Cabral de Mello e José Antônio Gonsalves de Melo, ressaltaram que a invasão de uma das Províncias Unidas dos Países baixos, localizado ao norte do litoral pernambucano, pelos holandeses, por volta do século XVII, fora mais bem-sucedida nas suas ocupações nas costas litorâneas do que os franceses, tomando de assalto os principais centros e portos estabelecidos pelos portugueses.

O Capítulo sobre **“O Forte Orange: história e potencialidade turística”** é possível analisar que o antigo reduto defensivo (Forte Orange) deve ser apontado como um dos elementos que faz parte dos patrimônios históricos da região insular localizada no litoral norte de Pernambuco, pois, segundo Hartog (2013, p. 37) destacar um patrimônio constitui uma prática dos Estados modernos. Para o autor, esse destaque deve estar relacionado ao valor atribuído ao patrimônio, sobre a perspectiva de manifestação cultural. Vale ressaltar também que enquanto símbolos, os patrimônios de uma região, precisam ser explorados, no contexto histórico, e protegidos, em “um inventário dos lugares onde ela (a história) se encarnou” (Hartog, 2013, p. 37), perpetuando as informações históricas para as gerações futuras e trazendo o entendimento em seu próprio tempo.

Sobre o atual momento da história sobre patrimônio, despertando a curiosidade pelos lugares onde a memória se forma, atentando para a existência de “locais de memória”, como também “(...) há locais de memória porque não há mais meios de memória”. A partir da metáfora “aceleração da história”, Nora (1993.p. 7), aponta para uma espécie de esfacelamento na memória, ou seja, um processo que emerge residualidades registradas em determinados locais, visto que: “Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p.7).

Então, no estudo, é possível compreender o Forte Orange, como elemento cultural, na qual trata de desse “lugar de memória” que é mencionado por Pirre Nora, como uma unidade significativa, de ordem material, na qual a construção arquitetônica, converteu em elemento

simbólico do patrimônio memorial, da comunidade na Ilha de Itamaracá-PE, possuindo relevância histórica, com potencialidade turística para ser explorado.

O Capítulo sobre “**embasamento teórico-metodológico**”, levando em consideração que atualmente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021), o município de Itamaracá fica situado a 34 quilômetros da cidade do Recife, capital de Pernambuco, sendo um patrimônio composto de equipamentos naturais e edificações de fortificações históricas que destacam acontecimentos no início da colonização do Brasil pelos portugueses e holandeses, deve ser potencialmente explorado por sua relevância histórica e contexto contemporâneo local.

Para a coleta das informações (fotos), na composição do produto do Relatório, colabora, para esse desencadeamento, aspectos como a mundialização, massificação e descolonização interior. Ginzburg (1989, p. 12) traz o entendimento de como o historiador deve proceder suas investigações, da coletas de dados e análise até a construção da narrativa histórica, o historiador italiano relaciona o profissional da história à outros “artífices”.

Foi utilizado conceitos de paradigma indiciário, na qual, segundo Ginzburg (1989, p. 17) possibilita “interpretar a realidade, algumas vezes opaca, em busca de características menos vistosas, de indícios que permitam decifrá-la e compreendê-la”. A interpretação da realidade mencionada por Ginzburg, foi vislumbrada nas visitas *in loco* ao Forte Orange, quando se foi percebido que alguns materiais de construção são do tempo presente e, portanto, decorrente de reformas também pela análise de fotografias da década de 1970 cedidas pelo IPHAN, principalmente pela relação registrada. A história e a exploração da potencialidade turística de uma das antigas unidades defensivas da Ilha (Forte Orange) são os principais motivadores para abordagem desse estudo, nos quais justificam a evasão do turismo, que amarga falta de investimentos público e privado e não se encontra em posição de oferecer competição às atuais praias requisitadas. A partir disto, indaga-se acerca do nível de interferência do sistema prisional estadual nas capacidades turísticas da região.

Nesse sentido, o objetivo do Relatório de Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional em História, consiste em evidenciar, o Forte Orange, construído no período do Brasil colonial, destacando história e turismo, que pode ser potencialmente explorado.

Na busca de trazer embasamento teórico para a abordagem do tema, os textos, na sessão seguinte, foram estruturados de acordo com tudo o que já foi publicado até o momento sobre história do Brasil colônia e a Ilha de Itamaracá, correlacionando com o tema e o foco da pesquisa, que foi apontar o potencial turístico da Ilha, utilizando memória, patrimônio e turismo.

2 FUNDAÇÃO E OCUPAÇÃO DA CAPITANIA DE ITAMARACÁ

No período de ocupação do território brasileiro, Evaldo Cabral de Melo (1998) destaca que durante o governo de D. João III, introduziu as capitanias hereditárias (CORTESÃO, 1993), no Brasil, entre os anos 1534 e 1536, sendo subdivididas de acordo com o Tratado de Tordesilhas (REIS, 1989, p.364-379) (Figura 1). Mello, José (2008) descreve que foi exatamente neste cenário que Pero Lopes de Sousa obteve um destes lotes de terra que iam desde o Canal de Santa Cruz até a Baía da Traição.

Figura 1: Capitanias hereditárias de acordo com o Tratado de Tordesilhas



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, 2022.

De acordo com os apontamentos de Andrade, Manuel (1999, p. 57) e Cintra (2013, p. 19), o Canal de Santa Cruz até a Baía da Traição (Figura 2) compreendia a região da Ilha que ficava localizada ao norte do litoral de Pernambuco, que passou a alojar o núcleo, parte territorial que foi denominada Ilha de Itamaracá, posteriormente, tornando-se sede da capitania de mesmo nome em 1526.

Figura 2: Mapa da localização do canal de Santa Cruz até a baía da Traição



Fonte: Cintra, Jorge Pimentel (2013, p. 23)

No período colonial 1526 a 1756, a Ilha foi colocada no patamar de Capitania, neste contexto os historiadores Oliveira, Ana Lúcia e Santos, José (2015, p. 33) destaca os apontamentos de Manuel Correia de Andrade sobre o pouco desenvolvimento político e econômico da Ilha, quando comparada às outras capitanias circunvizinhas, pois os negócios na colônia eram inferiores no que se tratava do porto com comércio ativo e centro político autônomo. Andrade, Manuel (1999, p. 17), na historiografia do seu texto, afirma que a problemática do pouco desenvolvimento político/econômico da capitania de Itamaracá ocorreu exatamente por causa da falta de pulso administrativo dos primeiros donatários.

Na historiografia de Santos, José e Oliveira, Ana Lúcia (2014, p. 44) e Andrade, Manuel (1999, p. 05), o porto era o principal caminho das embarcações e de quem vinha por terra no período do Brasil colônia (LOPES, 2013), pois era a partir dele que se estabeleciam as relações comerciais e as confluências de ideias (ALMEIDA, 1989).

Nesse sentido, a ideia de ancorar e explorar o litoral para buscar riquezas naturais era vital, sendo essa a motivação que permitiu a fundação e ocupação da capitania de Itamaracá. Santos, José e Oliveira, Ana Lúcia (2011, p. 44) aponta que entre os atrativos já mencionados, que levaram os colonizadores a estabelecerem vilas na região insular, foi especificamente a Vila de N. Sr. da Conceição (REIS, 2000), em 1526, tornou-se sede da Capitania de Itamaracá, logo

após o Tratado de Tordesilhas no Brasil, propiciando uma defesa territorial, pois era uma região escondida, sendo uma localização ideal para estabelecer um núcleo de povoamento, principalmente por causa das condições de isolamento e confinamento.

Santos, José e Oliveira, Ana Lúcia (2011, p. 47) destaca que a organização portuária da Ilha entre os anos de 1530 e 1635, utilizando o transporte marítimo, propiciou o povoamento da Capitania de Itamaracá, início do século XVI, apresentando vantagens para a Coroa Portuguesa e para outras Coroas europeias, como França, Holanda e Espanha, tais como: atracagem favorável, possibilidade de navegação, áreas de manguezal e topografia, como também das colinas e das várzeas que propiciava para criação de gado e cultura açucareira, otimizada na viabilização construtiva de fortalezas, por meios de vilas em áreas litorâneas.

Nas descrições de Santos, José e Oliveira, Ana Lúcia (2011, p. 44) e Andrade, Manuel (1999, p. 06), a administração do primeiro donatário Pero Lopes de Sousa ocorreu o mais importante acontecimento relacionado à povoação territorial por parte dos lusitanos, a iniciativa da Coroa de permanecer com a nova colônia vigiada por concidadãos de Portugal, por conta dos constantes ataques de franceses, diante da fama gigantesca do Brasil sobre suas riquezas naturais. Os franceses ainda conseguiram erguer uma Feitoria localizada em Igarassu, que logo foi destruída e posteriormente reerguida por portugueses em 1530, tendo recebido o nome de *Île Saint Alexis*.

Igreja N. Sr.^a Da Conceição, construída antes de 1526, atacado por franceses em 1530, quando os castiçais e cálices de prata maciça foram roubados, desde a sua fundação, a localidade já recebia o título de vila. Francisco de Braga era lugar-tenente do donatário Pero Lopes de Souza, de quem recebera a função de administrar a Capitania.

Em 1534 foi fundada, por Francisco de Braga, no sítio permanecia uma feitoria francesa, a Vila Maraial ou de N. Senhora da Conceição de Itamaracá. Dentre essas antigas marcas edificadas que compõe a Vila, a da Igreja de N. Sr.^a Da Conceição, (Figura 3) nos anos 70, Oliveira (2003, p. 11) descreve que as bases dessa igreja nasceram nos primeiros anos da instalação do povoado no sítio, sendo considerada a igreja mais antiga do Brasil. Santos, José e Oliveira, Ana Lúcia (2014, p. 39) destaca que enquanto Capela, a Igreja N. Sr. da Conceição, tinha como responsável o padre Francisco Garcia, a Vila desenvolveu-se sobre a economia açucareira.

Figura 3: Igreja de Nossa Senhora da Conceição (1970), Ilha de Itamaracá - Pernambuco.



Fonte: IPHAN, 2021.

A Capitania de Itamaracá pertencia a Província de Santa Cruz, oferecendo significativa relevância para a Coroa portuguesa, afirma Melo, José (1998, p. 17), por ser selecionada dentre as capitanias para ser a localização da sede de mesmo nome em 1535, vislumbrada como ponto estratégico pelo Cristóvão Jaques, na qual, Oliveira (2003, p. 11) descreve que com a autorização de D. João III, fundamentou a edificação da primeira feitoria lusitana no nordeste brasileiro nesta região litorânea.

Santos, José e Oliveira, Ana Lúcia (2014, p. 13) e Melo, José (1998, p. 17) trazem no seu apanhado historiográfico, em 1630, a Vila N. Sr.^a Da Conceição, fundada para defesa da região insular na capitania de Itamaracá, já possuía dezenas de edificações, uma Santa Casa de Misericórdia, casa de residência do governador, câmara, cadeia e duas igrejas.

Dentro de um contexto arqueológico e histórico urbano, Santos, José e Oliveira, Ana Lúcia (2016, p. 41) destaca, em um apanhado analítico do desenvolvimento espacial da antiga Capitania de Itamaracá, a Vila de Nossa Senhora da Conceição, durante os primeiros séculos do período colonial, situada na parte sul da Ilha, próximo às margens do canal de Santa Cruz, o que possibilitava o sistema defensivo efetivo, era a construção em forma de castelo, localizada perto ao porto, fixando-se a administração da Capitania de Itamaracá.

Albuquerque, Marcos (2010, p. 36) destaca que o reduto defensivo que ficava em Santa Cruz, foi desfeito em 1631, pois não existia mais utilidade para as estratégias de defesa da Capitania, e ressalta:

O passar dos anos a Fortaleza de Santa Cruz ficou inutilizada como fortificação militar, considerando que foi erguido em 1631 em um país que fervia revoltas coloniais, seu uso foi descontinuado após os eventos supramencionados, o que levou a edificação às ruínas. Com a transformação

das armas, dos recursos da artilharia, dos conceitos estratégicos, grande parte dos fortes e das fortalezas foi desativada e readaptada, ou mesmo abandonada. A Fortaleza de Santa Cruz foi abandonada e em decorrência teve início mais um longo período de deterioração de suas estruturas (ALBUQUERQUE, Marcos 2010, p.37).

Segundo Santos, José e Oliveira, Ana Lúcia (2015, p. 09), a transferência da condição de matriz da principal igreja N. Sr.^a Da Conceição, do mesmo nome da Vila, para a Igreja de N. Sra. do Pilar no ano de 1866, situada às margens do mar ao norte da Ilha, a antiga sede de Itamaracá começou a ser chamada de Vila Velha. Neste contexto, vale salientar, que os impactos antrópicos em Vila Velha podem ser considerados atualmente como um grande sítio arqueológico, afirma Albuquerque, Marcos (2010, p. 37).

De acordo com os apanhados arqueológicos de Albuquerque, Marcos (1999, p. 36), as ruas da Vila Velha, de barro batido, evidenciam a cada temporada uma nova gama de vestígios materiais de outrora, desde garrafas de Grés, faianças, cerâmicas, cachimbos e tantos outros testemunhos que remetem a diversos momentos da história local, especialmente o período colonial. A Igreja N. Sr.^a Da Conceição, atualmente em Vila Velha (Figura 4), como é conhecida até os dias de hoje. Segundo Lopes, José (1987, p. 25), Vila Velha carrega a identidade cultural de Itamaracá, berço da fundação da Ilha.

Figura 4: Atualmente Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Vila Velha - Ilha de Itamaracá – Pernambuco



Fonte: Foto do Autor, 2022.

Neste contexto, deve existir uma preocupação em utilizar os lugares históricos, na perspectiva que o patrimônio (bens/lugares/ construções históricas) precisa ser destacado como identidade territorial, afirma Poulot (2008, p. 33).

A construção de uma igreja, que inicialmente era para ser apenas capela, em Vila Velha, tinha a finalidade de um fortim, contudo a povoação caracterizou o entorno à igreja na condição de Vila. Anos mais tarde, como sede da capitania de Itamaracá, foi indicada para abrigar a administração do Brasil holandês, após a invasão.

É pontual, no próximo capítulo, trazer o momento histórico em que a invasão do Nordeste brasileiro aconteceu pelos holandeses e se estabeleceu também em Vila Velha. Na próxima sessão, deve-se entender sobre a relação direta das invasões holandesas com a União Ibérica, trazendo nos textos a seguir as interligações diplomáticas que existiam entre Portugal, Espanha e Holanda (1580 a 1640), na qual atingiu a dinastia de Avis, no final do século XVI.

3 INVASÃO HOLANDESA NA CAPITANIA DE ITAMARACÁ

Durante a colonização do Brasil, pela Coroa de Portugal, houve a União Ibérica entre 1580 e 1640, na qual se deu pela junção das Coroas portuguesas e hispânicas. No processo de união, tudo que pertencia a Coroa Lusa, era controlado pelo Império Espanhol, valendo ressaltar, que a União Ibérica foi marcado pelas invasões holandeses ao Nordeste brasileiro, na qual deu início por causa de uma crise dinástica portuguesa, no final do século XVI, no desaparecimento do Rei D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir, caracterizando a crise na dinastia de Avis.

Destaca-se alguns pontos relevantes, que refletiram com a União Ibérica: 1) fim da divisão imposta pelo Tratado de Tordesilhas, trazendo livre acesso a territórios resultando em povoamento de “territórios espanhóis” por portugueses. 2) ataques dos holandeses contra o Nordeste brasileiro.

Entende-se que as invasões holandesas eram resultados das disputas territoriais entre holandeses e espanhóis, a chamada Guerra dos Oitenta Anos, na qual Holanda desejava impor sua independência da Espanha, pois antes da União Ibérica, tinha parte no comércio de açúcar dentro do Brasil, após o estabelecimento da União Ibérica, a Espanha obteve o poder e a maneira que Holanda encontrou para desestruturar a Coroa hispânica, era entrar no Brasil e atacar o controle da produção e comércio açucareiro, por consequência, envolveu tomadas territoriais também da Coroa Lusa.

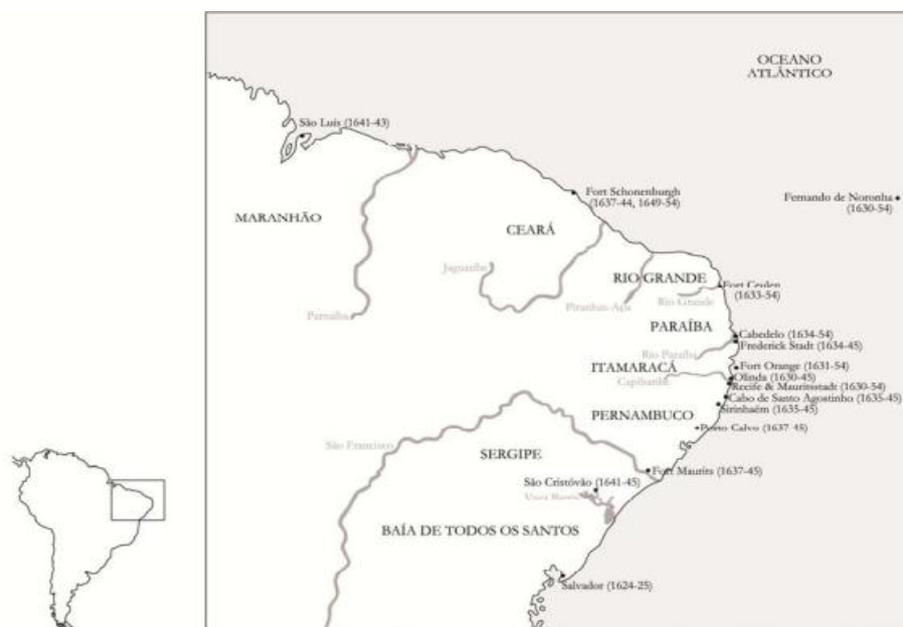
A Coroa holandesa objetivava estabelecer uma colônia exatamente nas Américas, para isso, todos os seus esforços foram tomar de assalto os principais pontos de produção de açúcar, nos quais a Companhia de comércio tinha o monopólio. Até 1580, a Holanda mantinha uma relação de parceria sobre as negociações do açúcar produzido no Brasil, por ter financiado e por participar do processo de refino e comercialização na Europa. Em 1595, após os holandeses serem excluídos dos negócios com a cana de açúcar, saquearam portos portugueses, em represaria.

Em 1604, os holandeses tentaram pela primeira vez uma invasão ao nordeste pela cidade de Salvador, sem êxito. Em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais foi fundada, sendo retomadas as disputas territoriais, para o domínio com a produção de açúcar, como também dos postos de comércio de produtos e escravos (MELO, Evaldo, 2009, p. 17). Dentre as companhias, a que mais se destacou foi a Companhia das Índias Ocidentais Holandesa. De acordo com os historiadores, a Companhia de comércio holandês (1621), objetivava pôr um fim no monopólio econômico flamenco e luso (MELO, Evaldo, 2009, p. 17).

No período da ocupação holandesa, Miranda, Bruno Romero (2011, p. 12) traz a descrição sobre a origem, cotidiana e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654), no que tange ao direcionamento da guerra neerlandesa (MELO, 2010, p.29) ao Brasil, que estava diretamente ligado à relação comercial entre a República e Portugal, durante o século XVI, possibilitando caminhos abertos para os Países Baixos aos produtos que vinham do Brasil, sendo levados por mercadores flamengos muito ativos em portos ibéricos e em terras brasileiras. As mercadorias do país conquistado passando a ter importância para o comércio neerlandês, principalmente os espanhóis.

Miranda, Bruno Romero (2011, p. 18) remete à história social do “Brasil Holandês” (DE MELLO, 1980), enfatizada por José Antônio Gonsalves de Melo, na qual debruça sobre a ocupação neerlandesa no Brasil, na qual criou uma narrativa que contém a história cotidiana sobre alimentação, saúde e habitação na conquista, no período em que a Companhia das Índias Ocidentais (*West Indische Compagnie*) ocupou parte da região Nordeste do Brasil (Figura 5).

Figura 5: Ocupação da Companhia das Índias Ocidentais (*WIC – West Indische Compagnie*)



Fonte: Miranda, Bruno Romero Ferreira (2011, p. 05)

No tocante a ocupação dos holandeses no domínio territorial pelo litoral do Nordeste, dentre elas, a conquista de Salvador (1624-1625) e a invasão de Pernambuco (1630-1654). No presente relatório, deve ser destacado o fato histórico, as mais relevantes, durante a invasão de Pernambuco, os acontecimentos de ocupações usando tropas armadas, nos quais foram descritas por Evaldo Cabral de Melo: em 1631 as tropas luso-espanhola de D. Antônio de Oquendo restaura Pernambuco, em 1632 acontece invasões holandesas em Igarçu, em 1633, tomada da ilha de Itamaracá, em 1635 o Arraial e o Cabo de Santo Agostinho, são dominados e se tornam lugares estratégicos para os luso-brasileiras, em 1637 João Maurício de Nassau-Siegen, o governador do Brasil holandês, vem ao Brasil, entre 1639-1640, a tropa luso-espanhola, comandada pelo Conde da Torre, perdem a briga por Pernambuco, entre 1640-1641 ocorre a restauração da independência portuguesa e apaziguamento entre Portugal e os Países Baixos (MELLO, Evaldo, 2009, p. 03).

Evaldo Cabral de Melo destaca também na sua narração histórica, sobre os acontecimentos, durante a invasão e tomada de território pernambucano, Nassau deixa o governo do Brasil holandês por volta de 1645, onde também ocorreu o levante de João Fernandes Vieira contra os holandeses, tendo como tropa vitoriosa, a dos luso-brasileiras, das Tabocas e da Casa Forte. Em 1646 houve o bloqueio holandês do litoral do Nordeste, em 1648 ocorreu a primeira batalha dos Guararapes e a reconquista de Luanda por Salvador Correia de Sá, como também, chega ao Recife a armada de Witte de With. Em 1649 acontece a segunda batalha de Guararapes, como também De With vai embora do Brasil, ocorrendo paralelo em um período longo, impasses militares. Em 1654 a armada da Companhia de Comércio do Brasil bloqueia o Recife, ensejando a capitulação das guarnições neerlandesas no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Itamaracá e Fernando de Noronha (MELLO, Evaldo, 2009, p. 03).

Os holandeses priorizaram o avanço das tomadas de terras dos engenhos de Goiana e Igarassu, da parte contrária ao Canal de Santa Cruz, sem muitas infraestruturas, contudo, após a estruturação as fortificações estrangeiras obtiveram baluartes, fosso, quartéis internos, como também praça de armas. A Coroa holandesa, por volta do século XVII, fora mais bem-sucedida nas suas ocupações nas costas litorâneas do que os franceses, tomando de assalto os principais centros e portos estabelecidos pelos portugueses (MELLO, EVALDO, 2009, p. 08).

No período de 1630-1654, Miranda, Bruno Romero (2009, p. 18) menciona que a Coroa holandesa se estabeleceu no Brasil, tendo como destaque a governança de Maurício de Nassau, militar alemão enviado pela Companhia das Índias Ocidentais, à frente da colônia. Alguns acontecimentos devem ser destacados no período em que Portugal perdeu força para avanço da

Coroa holandesa no Brasil: 1) Crise da dinastia de Avis. 2) Coroação do Rei espanhol Filipe II, como Rei de Portugal.

No final do século XVI, Mello, José (2001, p. 09) descreve os avanços territoriais dos holandeses destacando a necessidade de eles estabelecerem colônias, a parceria entre Portugal e Holanda trazia vantagens lucrativas para ambas no manejo com a cana de açúcar, contudo, após a crise da dinastia de Avis em Portugal, a briga por sucessões ficou evidenciada quando Dom Henrique, rei de Portugal, morreu e não deixou herdeiros diretos. Bruno Romero, Miranda (2011, p. 18), destaca também que em Pernambuco, no ano de 1630, os holandeses atacaram uma capitania que estava sendo bem-sucedida com a produção de açúcar (PEREIRA, Sidclay Cordeiro, 2006). No mesmo ano, uma expedição holandesa invadiu a cidade de Olinda, na qual o alemão militar Maurício de Nassau acabou liderando a colônia holandesa no Nordeste, dominando o território entre os anos de 1630 e 1637, sendo ajudado pelo colono Domingo Fernandes Calabar, pois o conhecimento sobre a terra invadida deu suporte aos holandeses de se estabelecer.

No que diz respeito à ocupação da capitania de Itamaracá pelos holandeses, Melo, Evaldo (2009, p. 31), destaca que o governo holandês demandou uma importância significativa para a defesa da Ilha com pretensões que a sede do novo governo pelo domínio da Coroa da Holanda pudesse ser estabelecida no território insular. Nos apontamentos de Mello, Evaldo (2009, p. 31), o autor enfatiza que o controle da Capitania de Itamaracá teve seu início na tomada do território da Ilha após a construção de um reduto defensivo, e na organização da administração da vila de Nossa Senhora da Conceição, objetivando o controle do porto central da Ilha.

No início de 1640, o domínio holandês começou a entrar em declínio, obrigando Maurício de Nassau a retornar para a Holanda. Neste período da história, Portugal ganhou folego para restabelecer o domínio sobre os negócios no Brasil, especificamente no nordeste brasileiro, com a expulsão dos holandeses, sendo possível após a sua independência, tendo como Rei Dom João IV, na qual se estabeleceu a dinastia dos Bragança. Entre os anos de 1645 a 1654, a guerra contra Holanda e Portugal foi ferrenha, recebendo ajuda de donos de engenhos, negros e indígenas (MELLO, José, 2009, p. 33).

A expulsão dos holandeses ocorreu por consequência da mobilização popular contra os holandeses, incitada pela Guerra de Restauração, iniciada em 1640, na qual foi resultado do processo dos senhores, começaram a ter problemas econômicos devido, a pressão da Cia de comércio, Bittencout, Armando de Senna (1998, p. 26-34), Júnior Miranda, Manuel Rodrigues de (1999, p. 19), retrata, em “insurreição pernambucana”, de maneira historiográfica, a atuação

João Fernandes Vieira (1610-1681), peça primordial na Insurreição Pernambucana. Português, de origem pobre, chega em Pernambuco para se estabelecer, e em 1630, com a invasão dos holandeses, logo se envolve na defesa da Capitania, chefiado por Matias de Albuquerque.

João Fernandes Vieira obtinha relações comerciais com a Companhia das Índias Ocidentais e com Maurício de Nassau. Em 1642 Fernandes Vieira se alia com André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Filipe Camarão, na estratégia para expulsar os holandeses, na qual, gradativamente, o controle dos engenhos e das povoações em Pernambuco vai sendo da Coroa Lusa. A ida para Holanda, de Maurício de Nassau, e os problemas que a coroa Holandesa estava tendo na Europa, perderam o apoio local, e se enfraqueceram.

Em 1645, no nordeste do Brasil, ocorreu a insurreição pernambucana, conflito onde os proprietários de terra da região se mobilizaram para a expulsão dos holandeses. Nos anos de 1648 e 1649, os holandeses já não possuíam muitas resistências, havendo a introdução história da comunidade judaico-nordestina (1636-1654), Vainfas, Ronaldo (2010, p. 376). Em 1652, a colônia existente dos holandeses no Nordeste foi desfeita. Em 1654, após 24 anos de fortalezas holandesas, Portugal retomou o domínio, consolidando a colônia portuguesa, também na Cidade do Recife, Rodrigues, José Honório (1949).

Júnior Miranda, Manuel Rodrigues de (1999, p. 19) destaca outra contribuição de João Fernandes Vieira, no processo de expulsão dos holandeses, na qual, o mesmo deu ordem que os devedores da Companhia das Índias Ocidentais, que fizeram grandes empréstimos, fossem perdoados das dívidas, se participassem das lutas em defesa da Capitania. Terminada a luta, vitorioso, Fernandes Vieira recebeu o Título de Capitão-Mor do Pinhal, comendador da Ordem de Cristo e membro do Conselho de Guerra. Foi também nomeado governador do Maranhão e de Angola. Neste cenário histórico, sobre a fortificação localizada no litoral norte de Pernambuco, o Forte Orange na Ilha de Itamaracá, foi reduto defensivo em dois momentos distintos do período Brasil colonial; 1) pertenceu a Companhia das Índias e 2) foi sistema defensivo luso-brasileiro. O próximo capítulo trará uma abordagem da *tríade* - História/Turismo/Patrimônio, sobre esse elemento cultural, na qual a antiga fortificação holandesa, após demolições e novas reconstruções, atualmente pode ser explorada no seu potencial máximo do ponto de vista histórico e turístico.

4 O FORTE ORANGE: HISTÓRIA E POTENCIALIDADE TURÍSTICA

De acordo com Andrade, José Vicente (1992, p. 13), as práticas dos deslocamentos humanos se confundem e se entrelaçam com a história e o turismo. Historicamente, o caminho que o homem percorre, desde a Idade Antiga e Idade Média, nas grandes civilizações, no período da revolução industrial, até os dias atuais da sociedade contemporânea, são marcados pela realização de várias trocas culturais com diversos povos, deixando uma gama de legados para a geração futura.

Barbosa, Ycarim Melgaço (2002, p. 21) menciona que a prática de associar o turismo a história vem da antiguidade, com deslocamentos, motivados pelas guerras, necessidade de sobrevivência, expansionismo político, e até o descanso, mesmo não sendo caracterizado como atividade turística, como é conhecida atualmente, era uma prática essencialmente capitalista, tomando forma após a Revolução Industrial. Vale salientar, segundo Rejowski, Mirian (2002), que o turismo propriamente dito, atrelado a história, tem ligação direta, a variados equipamentos, serviços, espaço e infraestrutura, ideais, ou seja, para a autora, falar de turismo sem relacionar ao contexto histórico do lugar é considerado inadequado, pois é distinto do que se entende hoje em dia.

Nesse entendimento, pode-se correlacionar, dentro do espaço “visitado”, o Patrimônio Histórico Cultural, pois nessa perspectiva, Antônio Gilberto Nogueira (2005, p. 222) traz sobre a articulação nas diversas narrativas sobre o sentimento de preservação dos chamados patrimônios históricos culturais, nas modernas sociedades ocidentais, tendo a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de um lugar, de uma nação.

Quando se é correlacionado a ideia de que estar em qualquer lugar do mundo é pertencer a uma comunidade nacional, onde este espaço está contido um conjunto de bens culturais: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros, o termo patrimônio cultural, mencionado por (Silva, 2000, p. 39) é visto como um elemento patrimonial, ou seja, componente de uma identidade ou nacionalidade, destacando sua importância histórica e seu lugar na memória coletiva.

Neste contexto, de exposição sobre a análise histórica do Forte Orange, na Ilha de Itamaracá, construído com o intuito de servir como um reduto defensivo, sua história e potencialidade turística devem ser exploradas ao seu máximo, pois segundo Choay (2006, p. 17), quando se trata de instauração do patrimônio histórico edificado, na qual institucionaliza a conservação monumental histórica, estabelece uma jurisdição de proteção, fazendo da restauração um elo para trazer a memória, na utilização do patrimônio como uso do objeto de

uma pesquisa histórica, sendo o sujeito de uma alegoria, para entender a identidade cultural do local.

Nora (1993, p. 28) traz um convite a memória da história, quando se potencializa um monumento histórico através da restauração, utilizando a arqueologia, proporciona ao observador, uma dialética aberta das lembranças esquecidas do lugar, ainda que não vivenciadas pelo sujeito. O autor também acredita que a história e a reconstrução do monumento, de maneira fidedigna, remetem a afetividade e a magia da memória de pertencer a um lugar.

A partir da metáfora “aceleração da história”, Nora (1993, p. 29), aponta para uma espécie de esfacelamento na memória, ou seja, um processo que emerge residualidades registradas em determinados locais, visto que: “Há locais de memória porque não há mais meios de memória”. (NORA, 1993, p.7). Colaboram, dentre outros, para esse desencadeamento aspectos como a mundialização, massificação e descolonização interior.

Ao longo do texto o autor busca dialogar com o leitor, mostrando os limites da memória e história, apresentando conceitos, enfatizando respectivas dualidades: o afetivo e o racional, o absoluto e o relativo, o sagrado e o laico. Traz à tona o exemplo francês, onde progressivamente há a transição do conceito de “estado-nação” pelo de “estado-sociedade” e com ele a necessidade de renovação, um olhar mais propenso ao futuro que a legitimação do passado e das memórias fundadoras.

Em contraposição a antiga sacralidade, houve uma atualização, descentralização e democratização da memória, que soldada por uma vontade geral dos registros, os arquivos cresceram prodigiosamente e se nos tempos os grandes produtores de memórias eram as famílias prodigiosas, a Igreja e o Estado, a “passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever da memória faz de cada um o historiador de si mesmo” (NORA, 1993, p. 17).

Nora (1993, p. 17) ressalta que a perda de explicação única, desembocou num universo fragmentado, ao mesmo tempo em que promoveu todo o objeto, do mais humilde ao mais improvável à dignidade do mistério histórico. Para o Autor, o “homem-memória” foi dando lugar a espaços de memórias, entendido pelo autor como lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente somente em graus diversos, havendo, pois, a necessidade de uma aura simbólica de imaginação, uma vontade de memória e de um esforço narrativo para elaboração de uma síntese.

Embora ancorado em exemplos franceses, Nora encadeia suas reflexões em três aspectos (I- fim da história memória; II - a memória tomada como história; III- os lugares de memória), que nos faz refletir sobre os problemas de delimitação entre história e memória, do ofício do

historiador, dentre outras coisas, em países como o Brasil, onde o *Métier* tem uma ligação francófila considerável. Quando diz que “história é nosso imaginário de substituição” (NORA, 1993, p.28), nos faz refletir como hoje em dia lidamos, com a história, os lugares de memória, e os mecanismos que dispomos para análise e elaboração de uma narrativa condizente com o momento sócio-cultural que vivemos. Norteados em Hartog (2013, p. 23), que destaca sobre o patrimônio, que o mesmo constitui uma prática dos Estados modernos, o patrimônio é uma das peças que liga os processos urbanísticos, não estando desassociado.

Nessa perspectiva, Albuquerque; Barthel (2016, p. 15) destaca que um sistema construtivo representativo da engenharia militar do século XVII, é considerado um processo urbanístico, na qual foi empregado no espaço do Forte Orange, construído em 1631 pela Companhia das Índias Ocidentais durante o período de ocupação de vinte e quatro anos dos holandeses. O forte era um dos sistemas de defesa, arquitetado para as capitanias de Pernambuco e de Itamaracá.

O Forte Orange recebeu o nome devido ao Príncipe holandês Frederico Henrique de Orange, tio de Maurício de Nassau, logo após, com a retirada dos holandeses do território pelos portugueses, o Forte passou a ser chamado Fortaleza de Santa Cruz. O Forte Orange estava na porção meridional, entrada sul do canal de Santa Cruz, estando inserido na Vila Schkoppe, a Vila de Nossa Senhora da Conceição, atualmente Vila Velha, sobre o domínio holandês fazendo da vila uma fortaleza no intuito de proteger o porto (BARTHEL, 2007, p. 03).

O objetivo desta fortificação era proteger o porto e uma torre de atalaia, ao norte e guarda a porta da vila, afirma Albuquerque (2010). Desenhos que descrevem uma planta arquitetônica da Capitania de Itamaracá relatam que o Forte Orange foi projetado na entrada sul do canal de Santa Cruz, na vila Schkoppe.

Segundo Albuquerque, Marcos (2010, p. 12) o forte apresentava: quatro bastiões; rodeado por uma estacada (falta de água nos fossos); 12 canhões (6 de bronze e 6 de ferro); munição construída ao redor de uma igreja e de uma bateria (11 canhões, 2 de bronze e 9 de ferro). A chamada Fortaleza da Vila Schkoppe, foi desenhado em 1645 por Schmalkalden em Hornaveque (arquitetura militar formada por meio-baluartes e uma cortina) (Figura 6).

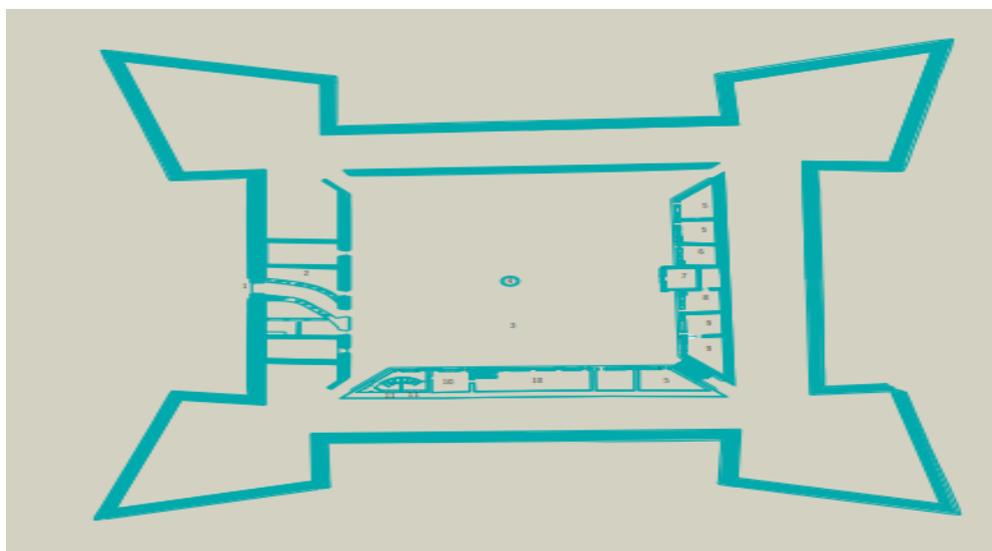
Figura 6: Desenho do Forte Orange em 1645



Fonte: Albuquerque; Barthel (2016) do livro “viagem de Caspar Schmalkalden” (1998, p. 97).

A Figura 7 traz com legenda uma planta baixa fornecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em parceria com o Programa Monumenta - BID, que elaborou um encarte, na qual descreve as Rotas dos Patrimônios localizados em Pernambuco.

Figura 7: Desenho da planta baixa do Forte Orange cedido pelo IPHAN



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/>, 2021.

Segue legenda do desenho da planta baixa do Forte Orange, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2021): 1- Entrada; 2- Bilheteria; 3- Praça de armas; 4- Poço; 5- Depósito; 6- Sala dos funcionários; 7- Capela; 8- Administração; 9- Loja; 10- Museu; 11- Banheiro; 12- Baluarte.

Na entrada setentrional, parte norte da antiga Capitania de Itamaracá, dispunha o sistema defensivo do território insular, conforme demonstrado nas fotos (Figura 8), as ruínas das muralhas do forte antes da reforma 1970 (ALBUQUERQUE, 2007, p. 52).

Figura 8: Ruínas das muralhas do Forte Orange antes da reforma em 1970



Fonte: IPHAN, 2022.

Entre 1631-1654, Albuquerque *et al.* (1999, p. 13) e Santos; Oliveira (2014, p. 09), descrevem, quando pertenceu à Companhia das Índias Ocidentais, foi intitulado Forte Orange. A estrutura da fortificação era composta de muralhas em terra, mantida nesse formato por cerca de 75 anos. Segundo Albuquerque (2007, p. 55), nos relatos dos seus apanhados arqueológicos, os blocos de alvenaria de tijolos rejuntados com argamassa de cal, associados a um conjunto de telhas formando um beiral, evidenciam a possibilidade de se estar trabalhando sobre os destroços da “casa do comandante do forte”, que existira sobre o terrapleno, do século XVIII. Tratava-se, entretanto de material semelhante àquele que compunha o telhado e as paredes de alvenaria de tijolos que se apresentam atualmente (Figura 9).

Figura 9: Muralhas do Forte Orange atualmente



Fonte: Foto do Autor, 2022.

Na descrição do material arqueológico sobre as estruturas do Forte Orange, Por Albuquerque, Marcos (2007, p. 54): os materiais e artefatos neles achados e restaurados para manter a identidade histórica do local, foram dos Países Baixos e também materiais de Portugal. A taipa das muralhas foi preservada, material ideal contra os ataques luso-brasileiros durante os conflitos de tentativa de retomada.

Os quartéis do primitivo Forte Orange estavam soltos na Praça de Armas (Figura 10), enquanto que na fortaleza luso-brasileira foram utilizadas as paredes da contra muralha.

Figura 10: Praça das armas antes dos achados arqueológicos em 1970



Fonte: IPHAN, 2022.

O local da Casa de Pólvora antiga foi mantido na fortaleza luso-brasileira, embora a entrada principal da fortaleza (Figura 11) tenha sido deslocada em 90 graus em relação ao forte primitivo (ALBUQUERQUE, 2000, p. 13).

Figura 11: Entrada principal do acesso a praça das armas antes dos achados arqueológicos em 1970



Fonte: IPHAN, 2022.

Atualmente, Marcos Albuquerque, relata que a praça de armas, construída no período luso-brasileiro, dispunha de quartéis junto à contra muralha, estrutura presente no pátio, trata-se de uma praça de armas ampla, destituída de estruturas interiores, com rampas de acesso ao terrapleno. Segundo Albuquerque, Marcos (2007, p. 55), a escavação arqueológica daquela área permitiu ainda reconstituir-se grande parte da antiga praça de armas do período holandês nos dias atuais (Figura 12).

Figura 12: Praça das armas atualmente



Fonte: Foto do Autor, 2022.

Os quartéis do primitivo Forte Orange estavam soltos na Praça de Armas, enquanto que na fortaleza luso-brasileira foram utilizadas as paredes da contra muralha. Em 2010, o Laboratório de Arqueologia da UFPE, centralizou seus estudos no espaço da praça de armas da construção original dos holandeses.

Na descrição do apanhado arqueológico sobre Forte Orange, para manter a identidade histórica do local, materiais dos Países Baixos e também de Portugal foram mantidos.

Entretanto, segundo Albuquerque, Marcos (2010, p. 11), suas fundações atuais não removeram as estruturas anteriores, mantendo na restauração, a grossa parede de pedras, na qual compõem até hoje o pórtico (Figura 13) construído para o acesso ao forte, sobre as paredes holandesas, em alvenaria de tijolos, bem como por sobre os reforços laterais em alvenaria de pedra.

Figura 13: Pórtico da entrada do Forte Orange antes da reforma em 1970



Fonte: IPHAN, 2022

Parte Trechos da parede do pórtico do forte, antes da restauração se encontrava destruídos e foram reconstituídos. Atualmente (Figura 14), percebeu-se que a escavação evidenciou a continuidade da estrutura resgatada com o trecho de acesso a dependência do Forte.

Figura 14: Pórtico e entrada do Forte Orange atualmente



Fonte: Foto do Autor, 2022.

Santos; Oliveira (2014, p. 15) relata nos seus estudos que foram trocados os símbolos flamengos pelo brasão das armas do reino de Portugal, sendo o mesmo projetado no formato quadrangular, com quatro baluartes. A fortificação militar possuía bastante material bélico, incluindo canhões com o escudo das armas lusas, tendo na composição da sua estrutura um poço profundo (água potável), prédios dos quartéis, armazéns, calabouços e capela. Segundo

Marcos Albuquerque, antes da restauração, as estruturas do forte com parte do material bélico (canhões) encontravam-se em ruínas, expostos ao abandono (Figura 15).

Figura 15: Material bélico (canhões) com o escudo das armas lusas antes da reforma em 1970



Fonte: IPHAN, 2022.

Quando os holandeses foram expulsos do forte, Santos; Oliveira (2014, p. 17) menciona que o mesmo passou a ser nomeado forte de Santa Cruz pelos Lusitanos, logo após, voltando a ser chamado de Forte Orange. E, 1745, a fortificação militar possuía bastante material bélico, incluindo canhões com o escudo que simbolizava as ocupações lusas (Figura 16).

Figura 16: Posição do material bélico (canhões) atualmente



Fonte: Foto do Autor, 2022.

Tombado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2021) em 1938. Pelo Decreto-lei Estadual nº 92, de 31 de março de 1938, o distrito de Itamaracá passou a denominar-se Pilar. Em 09 de dezembro de 1938, através do Decreto-lei Estadual nº 235, o distrito de Pilar voltou a denominar-se Itamaracá (FUNDARPE, 2017). O distrito foi elevado à categoria de município, desmembrado de Igarassu, pela Lei Estadual nº 3.338, de 31 de dezembro de 1958, com a mesma denominação e tendo por sede o antigo distrito. Foi instalado em 17 de março de 1962.

Alguns reparos relevantes ocorreram, entre 1966-1973, período em que a Ilha de Itamaracá iniciou sua ascensão como balneário turístico, destacando durante este espaço temporal, entre 1970-1971, a primeira reforma, (início da delimitação temporal para analisar a importância das reformas estruturais para destacar o potencial turístico do forte), sendo achados alojamentos, cozinha, paióis e a capela da construção original do forte que servia como reduto defensivo pelos holandeses.

A partir de 1970, segundo a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE, 2021), o projeto de desenvolvimento e exploração para a preservação do patrimônio, encabeçada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o Forte Orange passou a ser administrado pela mesma, tendo como prospecção o Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, sendo identificados, na reconstrução original do forte, recuperações de objetos, munições e canhões. Em 1980 o Ministério do Exército, após uma reforma significativa, transferiu a administração do Forte Orange para a Prefeitura Municipal de Itamaracá.

No contexto histórico turístico, vale destacar a história de Zé Amaro, pois este personagem encontra-se relacionado ao forte desde pelo menos a década de 70. Albuquerque, Marcos (2010, p. 11) mencionou que entre 1984-1992 o ex-presidiário e artesão José Amaro de Souza Filho ficou incumbido de guardar e manter de maneira autônoma o monumento, através das vendas de artesanato no local (Fundação Forte Orange – 1991-1998). Levado à Casa de Detenção do Recife, em 1970, para começar a cumprir sua pena por homicídio, aprendeu a ler e escrever com outro detento na prisão.

Depois de um ano preso, a Casa de Detenção do Recife foi fechada e Zé Amaro transferido para a Penitenciária Agrícola de Itamaracá (P.A.I), em 1971. Como era um prisioneiro com bom comportamento e apresentava senso de cooperação, além de desempenhar a atividade artesanal, foi selecionado junto com outros 39 presos para formar uma equipe de limpeza do Forte Orange, que seria restaurado pelo Exército Brasileiro entre 1971 e 1973.

O ex-presidiário foi convidado para participar de uma exposição artística no Paraguai, ainda na década de 70, e ao fim da exposição voltou ao presídio continuando o trabalho artístico com esculturas. Amaro conseguiu obter das autoridades a redução de sua pena e, após ficar preso 8 dos 20 anos totais de sua sentença, adquiriu a liberdade condicional, em 1978, pedindo permissão ao Exército para morar no forte, e se comprometeu a limpar e restaurar a fortaleza dentro das limitações de seus recursos financeiros próprios.

Zé Amaro achou uma antiga bala de ferro usada pelos holandeses nos canhões que repeliam as embarcações que se aproximavam da costa de Pernambuco. Com o auxílio de um

tipo de aljava e uma corrente, prendeu a bala de canhão no tornozelo, e a arrastou por um ano, até que conseguiu limpar todo o Forte Orange. A recuperação do forte era financiada com o dinheiro das vendas das peças de madeira e das esculturas produzidas nas oficinas pelo artesão.

Percebendo a necessidade de restaurar e conservar o forte, Amaro arrecadou recursos para uma restauração, indo à Brasília sem êxito, e foi também à embaixada da Holanda, onde foi orientado a criar uma fundação. Em 1994, Zé Amaro e a esposa Gilsilene Souza abriram a Fundação Forte Orange, e Itamaracá ganhou seu primeiro museu, inaugurado pelo Embaixador da Holanda Hendrix Van Oordt, e apresentava verdadeiras relíquias encontradas em escavações feitas no local, como peças dos tempos das ocupações holandeses e portuguesas (balas de canhão, crucifixos e artefatos de ferro).

Em 1996, o Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Prefeitura de Itamaracá decretaram o forte patrimônio nacional e Amaro foi despejado do local, aberto à visitação pública. Pelo Decreto-lei Estadual nº 62, de 12 de novembro de 1997, o município passou a denominar-se Ilha de Itamaracá, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) e Base de Dados do Estado de Pernambuco BADE-PE (2021).

O artesão recorreu ao ministro da Cultura, Francisco Weffort, autorizando a continuar a trabalhar no forte. Em 1998 a prefeitura da Ilha retomou a administração apoiado pelo Ministério da Cultura, posteriormente transferindo para a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco - FADE/UFPE.

Depois da ordem de despejo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) deu a Amaro uma medalha de honra ao mérito, em dezembro de 2002. Foi justamente pela FADE que um significativo projeto, entre 2000-2003, por meio do IPHAN e do Governo Federal, que ocorreu a prospecção arqueológica com a construção de defesas contra o mar, intervenções de restauro e a instalação de um Museu arqueológico.

Em outubro de 2010, o Forte Orange foi novamente fechado à visitação pública. História retratada no documentário “Orange de Itamaracá”, de Marcio Câmara e Franklin Júnior. Em 2010, o Laboratório de Arqueologia da UFPE, centralizou seus estudos no espaço da praça de armas, achando o portão de armas e a casa de pólvora da construção original dos holandeses. Por fim, em 2018, a última reforma, revitalizou objetos e achados arqueológicos, após 8 anos do acesso ao forte fechado, foi reaberto ao público, na qual necessitou de uma série de reparos em sua infraestrutura (gastos por volta de R\$ 11 milhões) apoiado pelo IPHAN juntamente com a Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer de Pernambuco. Após a primeira grande reforma do antigo reduto defensivo – o Forte Orange, em 1970, todas as

restaurações, foram embasadas nos estudos de arqueologia, história e arquitetura, o que resultou na configuração estrutural atual.

5 DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O embasamento teórico desse trabalho tem o propósito de responder ao objetivo do estudo, que consiste em evidenciar, dentre os antigos redutos de defesa presentes na Ilha de Itamaracá, o Forte Orange, construído no Brasil colonial, destacando o contexto histórico e cultural que pode ser explorado. Tratando-se das potencialidades do forte, no estudo foi apontado que deve ser explorado, história e turismo. No contexto histórico, a trajetória da construção e reformas do forte desde sua fundação enfatizando as motivações (defesa para ocupação territorial). No contexto turístico, a importância que o patrimônio (memória coletiva) tem, juntamente com os artefatos encontrados, que conta a história de outros povos ocupando e povoando o local para trazer identidade cultural ao local.

O Forte Orange está localizado à beira mar da Ilha de Itamaracá, em meio à densa vegetação de coqueirais e manguezais, situada no litoral norte de Pernambuco, a cerca de 50 km do Recife. Vale ressaltar que Itamaracá abriga importantes marcos da história pernambucana, a exemplo do Forte Orange, situado nas proximidades do acesso sul do Canal de Santa Cruz (IPHAN, 2021).

Para obtenção das fontes primárias, que trará embasamento sobre a temática: **Livros** didáticos e similares (livro-texto, livro de leitura, manual), na forma impressa ou e-book, fonte privilegiada para o estudo da história do Brasil colônia; **Periódicos**, revistas científicas, com características específicas em formato de artigos científicos, resenhas e ensaios ou relatos de experiência; **Anais de evento**, por serem documentos que compilam todo o conteúdo da busca, em formato de debate; **Resenhas**, por serem fontes de pesquisa, para trazer uma melhor compreensão sobre a abordagem do tema, como também promoveu o *spoiler* na dúvida sobre a escolha do título selecionado; **Pesquisas do IBGE** (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), fonte utilizada para a coleta de dados estatísticos no âmbito, socioeconômico, sociocultural e densidade demográfica.

Para obtenção das fontes secundárias, que trará embasamento sobre a temática: **Bibliotecas universitárias** (formato online e impresso); **Transcrições** de fóruns de discussão (Poder Legislativo, Câmaras, Conselhos); **Biografias e Autobiografias** fonte diferenciada por oferecer relatos pessoais do que foi ensinado ou aprendido mediante o preconceito racial; **Observação *in loco*** e registros fotográficos de imagens do Forte Orange atualmente.

Esses recursos de fontes primárias e secundárias devem ter relevância no desenvolvimento da pesquisa, apesar das dificuldades metodológicas que implicam a busca de cada um.

As fontes teóricas, foram os principais norteadores do estudo, reunidas em várias partes do texto, reunidas, organizadas e selecionadas pelos historiadores: Marcos Albuquerque, José Antônio Gonsalves de Mello, Evaldo Cabral de Mello, Manuel Correia de Andrade, José Lopes, Bruno Romero Ferreira Miranda, Ana Lúcia dos Nascimento Oliveira, José Lopes dos Santos.

O presente trabalho, no que se refere à natureza de seu objeto, se encontra no âmbito da pesquisa qualitativa, na qual o estudo, de natureza interpretativa e subjetiva da realidade, ou seja, trata de aproximações com a epistemologia qualitativa e a metodologia construtivo-interpretativa (MARTÍNEZ et al., 2019, p. 39), baseando-se nos apanhados históricos, que em 1631, os holandeses tentaram conquistar a Ilha de Itamaracá, que tinha como principal acesso às áreas produtivas o Canal de Santa Cruz, que separa a ilha do continente. Uma vez dominada a entrada do canal, os holandeses passariam a controlar o acesso marítimo aos importantes portos utilizados para escoamento de riquezas.

Na construção teórica, foi apontado que o levantamento de uma fortificação ao sul da Ilha de Itamaracá, com o objetivo de apoiar operações futuras, foi construído na entrada da barra do canal de Santa Cruz em local próximo à rota das embarcações.

Mostrou-se coerente com o embasamento teórico-metodológico, na qual buscou imagens fotográficas com fontes fornecidas pelo IPHAN e com os registros do próprio autor, pois foi mostrado pelas imagens que a primitiva fortaleza foi substituída por uma nova construção em alvenaria de pedra bruta, com formato quadrado e quatro bastiões. Após a expulsão holandesa, o forte foi abandonado, ficando totalmente em ruínas. Quando a Capitania de Itamaracá voltou a ser administrada pelos portugueses, ocorreu à reconstrução com base na engenharia militar portuguesa. A construção do forte foi restaurada sobre materiais de alvenaria de pedra e cal, na forma quadrangular com baluartes pentagonais, quartéis e Casa de Comando. Houve também a substituição dos símbolos flamengos pelas armas do reino de Portugal no portão de entrada, passando a denominar-se fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá e mais tarde voltou a ser chamado de Forte Orange, até os dias de hoje.

Assim, caracteriza ser qualitativa, segundo Flick (2009), por pretender trazer a compressão sobre conceitos históricos de historiógrafos, em descrever e explicar esse fenômeno social, por meio da análise de experiências individuais e grupais, observação das interações e comunicações, no tocante ao conhecimento sobre redutos defensivos, como também da análise de textos referentes ao tema.

Caracteriza-se ser quantitativa, segundo Fachin (2003), pois haverá coleta de dados por meio de coleta de informações quanto aos acontecimentos históricos da ilha, na qual na década dos anos de 1970, o Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco

realizou uma prospecção arqueológica no interior e entorno do forte que permitiu a identificação da cozinha, da capela e dos paióis. Foram também encontradas munições, canhões de vários calibres e objetos de uso pessoal dos holandeses. O resgate desses vestígios subsidiou a posterior ação de restauração empreendida sob orientação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente Instituto (IPHAN). Até esse momento, o forte se encontrava em situação de ruína, sendo feita, entre os anos de 2002 e 2003, novas prospecções arqueológicas.

O estudo tem por finalidade o caráter exploratório, pois se pretende criar familiaridade com a história da construção e restauração do antigo reduto defensivo - Forte Orange, quanto a sua importância histórica. Segundo Gil (2010), a pesquisa exploratória é utilizada quando não se detém conhecimento suficientemente sobre o tema, precisando de dados e/ou informações para compor o estudo para o fenômeno social.

Outra finalidade que a pesquisa traz, é de caráter explicativo, trazendo a aplicação de um produto, que por sua vez, está baseada em contar a trajetória do Forte Orange, sobre a construção, finalidade e restaurações desde sua construção original através de um roteiro, para ser apresentada a turistas e nativos, sendo elaborado uma cartilha, apresentando os elementos construtivos, artefatos e objetos que contam a identidade histórica do Forte Orange.

Durante a aplicação do Produto, contando sobre esse antigo reduto defensivo, deve-se ter como resultado, elementos que envolvem a criação e explicação de uma determinada teoria, na qual o estudo remete a teoria da investigação, apontada por Pereira et al. (2018), que segundo Gil (2011, p. 04), deve-se investigar e trazer a solução sobre o porquê de um determinado fenômeno, nesse caso, sobre o fenômeno social dos entraves que impedem o potencial turístico do Forte.

A fim de delimitar o estudo, deve-se trazer uma investigação empírica, que segundo Gil (2011, p. 05) trata-se da busca por fontes impressa e dados fornecidos por observações do fenômeno, neste sentido, a pesquisa procede de forma bibliográfica e documental, na qual se vale de dados existentes, respaldada por levantamento de material já publicado.

Haverá também a análise documental, registro de informações dos seguintes documentos sobre história geral do Brasil e redutos defensivos: documentos textuais (impressos e manuscritos) numa abordagem histórica; documentos iconográficos (documentários virtuais).

Baseando nos dados fornecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, deve-se criar um roteiro para serem entendidos os achados arqueológicos e a necessidade de restauração do Patrimônio. Esse roteiro deve contar a história e finalidade de todos os elementos que compõe o Forte Orange, durante a visitação. A pesquisa também

procede como um estudo de caso, que segundo Yin (2015, p. 19), deve investigar a percepção que os turistas e nativos da ilha possuem, sobre os fatores históricos da fundação e importância do Forte Orange.

Em história, quando tratamos de registros, como edificações antigas, por exemplo, que já passou por diversas reformas, precisa-se estar atento a detalhes, “(...) como um caçador que procura por pistas, ou um médico que procura por indícios de levar a diagnosticar um paciente”, afirma Leandro; Passos (2021, p. 01).

Perceber minúcias, é fundamental para entender o não-dito, ou seja, detalhes que estariam nas entrelinhas para melhor compreensão do assunto. Muito contribuiu para esse aporte metodológico o “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg, que “(...) possibilita interpretar a realidade, algumas vezes opaca, em busca de características menos vistosas, de indícios que permitam decifrá-la e compreendê-la” (LEANDRO; PASSOS, 2021, p. 01)

Ginzburg (1989, p. 152) reflete como o historiador deve proceder suas investigações, coletas de dados e análise até chegar a uma narrativa, e faz comparações entre o historiador e outros “artifícios”:

(...) o caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos (...). A história se manteve como uma ciência social *sui generis*, irremediavelmente ligada ao concreto, mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira). Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nos gráficos para analisar o mal específico de cada doente, E, como o do médico, o conhecimento é histórico, indiciário, conjectura (GINZBURG, 1989, p. 152-157, grifo nosso).

Foi utilizado conceitos desse paradigma, nas visitas *in loco* ao Forte Orange, quando percebíamos que alguns materiais de construção são do tempo presente e, portanto, decorrente de reformas também pela análise de fotografias da década de 1970 concedidas pelo IPHAN, principalmente relação às registradas por nós na atualidade. Para termos uma maior segurança de como tratar a fotografia como fonte histórica nos valem de Boris Kossoy quando diz que:

(...) toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente. Se por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/ tempo retratado. O artefato fotográfico, através da

matéria (que lhe dá corpo) e sua expressão (o registro visual nele contido), constituem uma fonte histórica (KOSSOY, 2012, p. 47-48).

Dessa forma, buscou-se interpretar o registro visual das fotografias concedidas em inventário e como registradores de imagens, tivemos consciência de nossa intenção: fotografar o Forte Orange, na Ilha de Itamaracá, de maneira atrativa, que despertem interesse turístico, quanto a sua identidade cultural.

6 ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

No formato de cartilha, o Produto do referido relatório, será apresentado: Tipo de Papel - Couchê 200g; Laminação – Brilho; Dobra - Tipo carteira; Quantidade de dobras 3 (três). Tamanho – Fechado (Figura 17) e Aberto (Figura 18).

Figura 17: Tamanho da cartilha Fechada (15x21cm)



Figura 18: Tamanho da cartilha Aberta (60x21cm)



Quanto a concepção da confecção de uma cartilha, para caracterizar o produto do Relatório, trata da possibilidade de se promover a tríade história, patrimônio e turismo, no âmbito formal e não formal, com a utilização de um material paradidático que podem ser direcionados a várias pessoas da sociedade ou a um público de interesse.

A utilização da cartilha objetiva trazer a chamada “Popularização da História”, que é uma estratégia utilizada nos dias atuais para transpor o conhecimento, neste sentido do estudo, o conhecimento histórico de um lugar e os sujeitos que fizeram parte da história desse lugar, contadas por historiadores, segundo Bueno (2010, p. 39) “(especialistas) para o público leigo (não especialista), a partir de uma linguagem e métodos de fácil compreensão”.

Neste contexto, a elaboração de materiais de divulgação, se caracteriza por trazer a memória símbolos, quanto aos patrimônios de uma região, na qual, no contexto histórico, Hartog (2013, p. 37) enfatiza que: “deve-se perpetuar informações históricas para as gerações futuras, a fim de trazer o entendimento em seu próprio tempo”. Em se tratando da história e turismo, a cartilha, segundo Rabelo et al. (2015, p. 11), “visa tornar determinadas temáticas atrativas ao público alvo, contribuindo para o conhecimento e memória no âmbito científico e social”.

A cartilha elaborada, em particular, foi tecida a partir de fatos históricos, que conta a trajetória do objetivo da construção de um antigo reduto defensivo no litoral de Pernambuco, na qual atualmente, necessita trazer a memória, ocorridos uma realidade estudada sobre porquê da sua construção e qual o significado que está sendo preservada até os dias de hoje, associando elementos culturais, para descrever a história na cartilha, como também imagens e esquemas, para facilitar a interação e o entendimento de informações, que necessitam serem divulgadas.

A produção e divulgação de cartilhas educativas é um percurso viável para trazer informação acerca de questões históricas, tendo como base os resultados de pesquisas realizadas *in loco*. Trata-se de uma cartilha sobre elementos que contam a história da construção e reconstrução, juntamente com os achados arqueológicas do Forte Orange, trazendo imagens iconográficas com fontes fornecidas pelo IPHAN e com os registros do próprio autor, objetivando trazer aos estudantes e turistas, o potencial histórico e turístico do Patrimônio Arquitetônico.

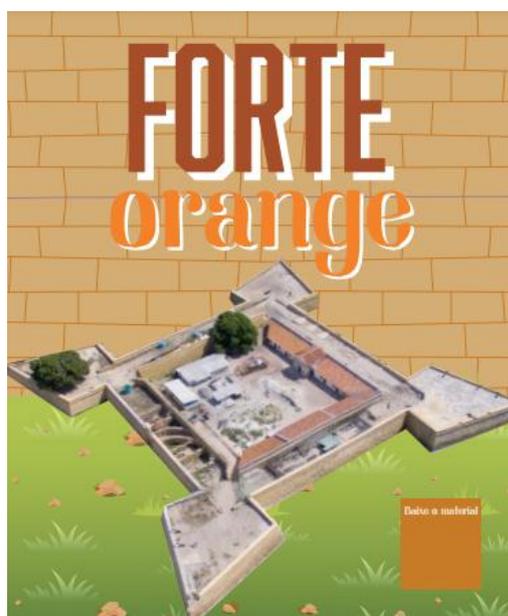
O público alvo deverá ser os estudantes do ensino fundamental e a comunidade local, que possam colaborar com a divulgação das potencialidades turísticas do Forte Orange. O produto será apresentado em formato de cartilha, tipo A5, posição retrato, compondo textos e

ilustrações sobre a historiografia do antigo reduto defensivo, desde a fundação até os dias atuais, com dimensões 15 x 21cm (fechado) e 60 x 21cm (aberto), contendo 08 páginas.

Para a elaboração da cartilha, os dados foram obtidos de uma análise qualitativa, na qual se fez buscas à pesquisas bibliográficas sobre o assunto. As ilustrações foram elaboradas por um designer gráfico lidando com a ludicidade. Para a diagramação foi utilizado o arquivo bitmap para a criação de imagens a partir de pixels, utilizando o programa, para a criação de arquivos bitmap Adobe Photoshop e o Corel Paint Shop Pro.

A cartilha é composta por uma capa e contra capa (Figura 19), que destaca o título, e o principal objeto do estudo – O Forte Orange. Essa imagem representa a memória da Ilha de Itamaracá, trazendo a memória a chegada da Coroa Lusa e tomada de poder pelos holandeses, uma das realidades do lugar; e uma contracapa, que contém um QR-code para acesso interativo com a realização da pesquisa/dissertação.

Figura 19: Páginas inicial e final referentes à capa e contracapa da cartilha



No formato da cartilha quanto a apresentação didática dos conteúdos, os elementos textuais foram estruturados em conformidade com o que se está disposto no Relatório de Conclusão da Dissertação do Mestrado, sendo protagonizada pela figura emblemática e popular da Ilha de Itamaracá, Lia de Itamaracá, de forma pedagógica e lúdica, encenando perguntas e respostas: (1) Introdução a história do Forte; (2) Porque o Forte Orange tem esse nome?; (3) Você sabe quantos anos o Forte Orange foi utilizado como reduto defensivo?; (4) Você sabe quantas reformas e restaurações foram feitas até a estrutura atual do Forte Orange?; (5) Você sabe o que significa o símbolo que está impresso nos canhões do Forte Orange?; (6) Você sabe o que foi achado da construção original do Forte Orange quando os holandeses e portugueses utilizaram o espaço como reduto defensivo? Ressalta-se que para cada uma das perguntas abordados pela personagem Lia de Itamaracá, foram ações propostas para trazer a memória do patrimônio histórico.

(1) Introdução a história do Forte (Figura 20), a cartilha apresenta uma breve descrição da ideia central para o conhecimento do público alvo, a tríade (História/Turismo/Patrimônio).

Figura 20: Introdução da cartilha



Este item, (2) Porque o Forte Orange tem esse nome, traz uma pergunta, que caracteriza, brevemente, como o forte foi construído, utilizando uma planta baixa, de fácil entendimento e visualização, indicando os principais pontos utilizados como estratégia de defesa, que hoje devem ser vistos como memória histórica (Figura 21).

Figura 21: Item (2) da cartilha



A cartilha apresenta um layout com uma borda superior decorativa em tons de laranja e amarelo. No canto superior esquerdo, há um círculo contendo uma ilustração de uma mulher indígena sorridente. O título principal 'você sabia?' está em uma fonte grande e preta, seguido por 'Lia responde:' em uma fonte menor. Abaixo disso, um retângulo laranja contém o texto 'POR QUE O FORTE ORANGE TEM ESSE NOME?'. O corpo do texto descreve a construção do forte em 1631 e sua renomeação para Fortaleza de Santa Cruz. Abaixo do texto, há um subtítulo 'Desenho da planta baixa do Forte Orange cedido pelo IPHAN' e um diagrama de planta baixa em tons de verde e amarelo. Na base da cartilha, uma legenda numerada de 1 a 12 descreve as partes do forte.

você sabia?
Lia responde:
POR QUE O FORTE ORANGE TEM ESSE NOME?

Construído em 1631 pela Companhia das Índias Ocidentais durante o período de ocupação de vinte e quatro anos dos holandeses. O Forte era um dos sistemas de defesa, arquitetado para as capitanias de Pernambuco e de Itamaracá.

O Forte Orange recebeu o nome devido ao Príncipe holandês Frederico Henrique de Orange, tio de Maurício de Nassau, logo após, com a retirada dos holandeses do território pelos portugueses, o forte passou a ser chamado Fortaleza de Santa Cruz. O Forte Orange estava na porção meridional, entrada sul do canal de Santa Cruz, estando inserido na Vila Schlopppe, a Vila de Nossa Senhora da Conceição, atualmente Vila Velha, sobre o domínio holandês fazendo da vila uma fortaleza no intuito de proteger o porto.

Desenho da planta baixa do Forte Orange cedido pelo IPHAN

Legenda: 1- Entrada; 2- Bilheteria; 3- Praça de armas; 4- Paço; 5- Depósito; 6- Sala dos funcionários; 7- Capela; 8- Administração; 9- Loja; 10- Museu; 11- Banheiro; 12- Baluarte.

O item, (3) Você sabe quantos anos o Forte Orange foi utilizado como reduto defensivo e (4) Você sabe quantas reformas e restaurações foram feitas até a estrutura atual, houve uma breve conceituação sobre a trajetória temporal do período em que o forte foi utilizado como reduto defensivo até as reformas e restaurações que objetivavam trazer a memória visual do mais próximo possível aos matérías arquitetônicas e descobrir artefatos que foram utilizados para construção do atual patrimônio (Figura 22).

Figura 22: Item (3) e Item (4) da cartilha



você sabia?

Lia responde:

VOCÊ SABE QUANTOS ANOS O FORTE ORANGE FOI UTILIZADO COMO REDUTO DEFENSIVO?

A estrutura da fortificação era composta de muralhas em terra, mantida nesse formato por cerca de 75 anos. A taipa das muralhas foi preservada, material ideal contra os ataques luso-brasileiros durante os conflitos de tentativa de retomada. Após a expulsão dos holandeses (1654) pela Coroa portuguesa, a fortificação foi se deteriorando pelo abandono, sendo recuperada pelos lusos anos mais tarde em 1696, demolindo a estrutura dos holandeses, substituindo as muralhas de terra por pedra e cal, juntamente com a praça das armas que foi aterrada e ampliada, para fazer parte do sistema de defesa dos luso-brasileiros, assumindo sua função militar, inicialmente projetado, foi renomeado de Fortaleza de Santa Cruz.



você sabia?

Lia responde:

VOCÊ SABE QUANTAS REFORMAS E RESTAURAÇÕES FORAM FEITAS ATÉ A ESTRUTURA ATUAL DO FORTE ORANGE?

Fotografias das muralhas do Forte Orange antes da reforma em 1970



Fonte: IPHAN, 2022.

Tombado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2021) em 1938. Alguns reparos relevantes ocorreram, entre 1966-1973, período em que a Ilha de Itamaracá iniciou sua ascensão como balneário turístico, destacando durante este espaço temporal, entre 1970-1971, a primeira reforma, sendo achados alojamentos, cozinha, paióis e a capela da original construção original, do forte que servia como reduto defensivo pelos holandeses. A partir de 1970, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), passou a ser administrada pela mesma. Em 1980 o Ministério do Exército, após uma significativa outra reforma, transferiu a administração do Forte Orange para a Prefeitura Municipal de Itamaracá (1984).

No item, (5) Você sabe quantas reformas e restaurações foram feitas até a estrutura atual do Forte Orange e foi colocado um dos principais símbolos que traz a memória sobre o antigo reduto defensivo, os canhões, material bélico das armadas lusas (Figura 23).

Figura 23: Item (5) da cartilha



você sabia?

Lia responde:

VOCÊ SABE O QUE SIGNIFICA O SÍMBOLO
QUE ESTÁ IMPRESSO NOS CANHÕES
DO FORTE ORANGE?

O monumento construído em 1631, pelos militares holandeses a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, o Forte Orange passou por diversas mudanças em sua estrutura desde a restauração portuguesa em 1654. Foram trocados os símbolos holandeses pelo brasão português, sendo o mesmo projetado no formato quadrangular, com quatro baluartes. Em 1745, a fortificação militar possuía bastante material bélico, incluindo canhões com o escudo das armas lusas.

Material bélico (canhões) com o escudo das armas lusas antes da reforma em 1970




Fonte: IPHAN, 2022

Posição do material bélico (canhões) atualmente





Estou adorando a viagem, Lia!



O item, (6) Você sabe o que foi achado da construção original do Forte Orange quando os holandeses e portugueses utilizaram o espaço como reduto defensivo, trouxe a interferência do IPHAN na busca pela memória do patrimônio histórico, destacando momentos pontuais das principais reformas, numa breve descrição dos achados arqueológicos.

Figura 24: Item (6) da cartilha

você sabia?

Lia responde:



VOCÊ SABE O QUE FOI ACHADO DA CONSTRUÇÃO ORIGINAL DO FORTE ORANGE QUANDO OS HOLANDESES E PORTUGUESES UTILIZARAM O ESPAÇO COMO REDUTO DEFENSIVO?

Praça das armas antes dos achados arqueológicos em 1979



Entre 2000-2003, o IPHAN e o Governo Federal, realizou a prospecção arqueológica com a construção de defesas contra o mar, intervenções de restauro e a instalação de um Museu arqueológico. Em 2010, o Laboratório de Arqueologia da UFPE centralizou seus estudos no espaço da praça de armas, achando o portão de armas e a casa de pólvora da construção original dos holandeses. Por fim, em 2018, a última reforma, revitalizou objetos e achados arqueológicos. Os quartéis do primitivo Forte Orange estavam soltos na Praça de Armas, enquanto que na fortaleza luso-brasileira foram utilizadas as paredes da contra-muralha.



Após a expulsão dos holandeses, o forte ficou sem utilidade para defesa, a despertar interesse histórico e turístico no século XX, por causa de pesquisas arqueológicas, trazendo pesquisas ao conhecimento de todos, sobre: as muralhas e vestígios (projéteis de chumbo, estatuetas esculpidas em osso, fornelhos de cachimbos, entre outros).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M.; BARTHEL, S. G. A. **arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange E A Fortaleza de Santa Cruz em Itamaracá, Pernambuco**. *Clio Arqueológica* 2016, V31N1, pp. 94-104.
- ALBUQUERQUE, M. **Arqueologia do forte Orange: O forte holandês**. *Revista da Cultura*, Ano X, n. 17. p. 36-43, 2010.
- ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V.; WALNSLY, D. **Fortes de Pernambuco: imagens do passado e do presente**. - Recife: Grattorre , 1999. 204 p.
- ANDRADE, José Vicente. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1992.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. *História das viagens e do turismo*. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC).
- ANDRADE, M. C. de. **Itamaracá, uma capitania frustrada**. Recife: CEHM, 1999.
- BADE-PE. Base de Dados do Estado de Pernambuco. **Ilha de Itamaracá**. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/&CodInformacao=915&Cod=1>. Acesso em janeiro de 2021.
- BARTHEL, S. G. A. **Arqueologia de uma fortificação: o forte Orange e a fortaleza de santa cruz, em Itamaracá, Pernambuco**. 2007. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-9531/arqueologia-de-uma-fortificacao--o-forte-orange-e-a-fortaleza-de-santa-cruz-em-itamaraca-pernambuco>. Acesso em dezembro de 2021.
- BITTENCOUT, Armando de Senna. **A insurreição em Pernambuco**. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 26-34, 1998.
- BUENO, W. C. **Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais**. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, p. 1 - 12, 2010.
- CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. Françoise Choay, Tradução de Luciano Vieira Machado. 5ª ed. - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- CINTRA, J. P. **Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias**. *Estudos de Cultura Material*. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/BmZzYkT6KTRDPBsmTkCzvJr/?lang=pt#>. Acesso em dezembro de 2021.
- DE MELLO, José Antônio Gonsalves. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**/José Antonio Gonsalves de Mello.-: Recife: FUNDAJ, Editora Massangan, 1987. In: Brasil:[recopilación de libros digitalizados]. Fundación MAPFRE, 1997. p. 23.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL DIGITAL. **A cartografia histórica: do século XVI ao XVIII. “Carta geografica del bresil”**. 2022. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/carta-geografica-del-bresil/>. Acesso em abril de 2022.

FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Forte Orange**. Disponível em: https://web.archive.org/web/20100823191052/http://www.cultura.pe.gov.br/forte_orange.html. Acesso em dezembro de 2021.

FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Ilha de Itamaracá – Vila Velha**. 2017. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/ilha-de-itamaraca-vila-velha/#!/map=38329&loc=-.808910000000001,-34.85814400000001,17>. Acesso em dezembro de 2021.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca IBGE. **Ilha de Itamaracá, Pernambuco - PE**. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/ilhadeitamaraca.pdf>. Acesso em abril de 2022.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção História e Historiografia).

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/821>. Acesso em dezembro de 2021.

JÚNIOR MIRANDA, M. R. de. **A “insurreição pernambucana”: uma historiografia a serviço do exército brasileiro. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de História**. Natal, p. 17-40, 1999. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream.pdf>. Acesso em dezembro de 2022.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê editorial, 2012.

LOPES, J. **História e segredos de uma ilha**. Recife: FUNDARPE, 1987.

MARTÍNEZ, A. M.; REY, F. G.; ROBERTO VALDÉZ PUENTES, R. V. (org). **Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade: discussões sobre educação e saúde**. [Recurso eletrônico] - EDUFU, 2019. 233 p.: il. (Coleção Biblioteca Psicopedagogia e Didática. Serie Ensino Desenvolvemental; v. 7).

MELO, J. A. G. de. **Fontes para a história do Brasil Holandês**. Recife: 1 PHAN. 1985.

MELO, E. C. de. **Imagens do Brasil holandês 1630-1654**. 2009. <https://www.scielo.br/j/ars/a/5mXpz3mTfH4CmrBxrNnWGDr/?lang=pt>. Acesso em janeiro de 2022.

MELO, E. C. de. **O Negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669**. Rio de Janeiro; TopBooks, 1998. 274 p.

MELO, E. C. de. **Um imenso Portugal: história e historiografia**. São Paulo: Editora 34, 2008.

MIRANDA, B. R. F. **Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)**. Tese de doutorado, Universidade de Leiden, 2011.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Por um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. *História e Cultura* v. 10. Jul/dez. 1993.

OLIVEIRA, R. I. da S. **Levantamento do patrimônio arqueológico da ilha de Itamaracá: século XVIII**. In: *Eventos UFRPE*. 2009.

OLIVEIRA, V. S. **Vila Velha de Itamaracá (PE): Imagens, Percursos e Memórias**. *Cadernos* 2, p. 2003.

PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. **Metodologia da pesquisa científica** [recurso eletrônico] – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. 1 e-book.

PEREIRA, Sidclay Cordeiro. **Caminhos na resistência O Espaço do Recife Durante a Ocupação Neerlandesa (1630-1637) em Pernambuco (Brasil)**. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

POULOT, Dominique. **Um Ecossistema do Patrimônio**. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues. GRANATO, Marcus. BEZERRA, Rafael Zamorano e BENCHETRIT, Sara Fassa (orgs.) *Um Olhar Contemporâneo Sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material*. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional, 2008.

RABELO, R. C.; GUTJAHR, A. L. N.; HARADA, A. Y. **Metodologia do processo de elaboração da cartilha educativa “O papel das formigas na natureza”**. *Enciclopédia Biosfera*, Goiânia, v.11 n. 21; p. 2769-2777, 2015.

REJOWSKI, Mirian (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002. (série turismo).

RODRIGUES, José Honório. **Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil**. Departamento de imprensa nacional, 1949.

SANTOS, J. L. dos; OLIVEIRA, A. L. do N. **A organização da defesa na ilha de itamaracá no período colonial: uma contribuição para a história do litoral de Pernambuco**. *Periódicos UFPE*. V. 28, n. 1, 2013.

SANTOS, J. L. dos; OLIVEIRA, A. L. do N. ***Puertos y dinámica colonial: los principales puertos de las capitanías del norte de Brasil***. *Revista de estudios de ciencias sociales y humanidades*, núm. 36. 2016.

SANTOS, J. L. dos; OLIVEIRA, A. L. do N. **A Ilha de Itamaracá e a organização da defesa no período colonial (Séculos XVI e XVII). Contribuição para a história do litoral norte de Pernambuco, Brasil.** Cadernos do Lepaarq.v. XI, n. 21, 2014, p. 221-246.

SANTOS, J. L. dos; OLIVEIRA, A. L. do N. **Arqueologia e História Urbana: anotações de pesquisa sobre a Ilha de Itamaracá Colonial.** Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). História Unicap, v. 2, n. 3, jan./jun. de 2016. Disponível em: [Dialnet-ArqueologiaEHistoriaUrbana-5615915.pdf](#). Acesso em dezembro de 2021.

SANTOS, J. L. dos; OLIVEIRA, A. L. do N. **Organização portuária da Ilha de Itamaracá entre os anos de 1530 e 1635: Análise sobre o transporte marítimo.** In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308093291_ARQUIVO_JosueLopesdosSantos-artigoANPUH2011.pdf. Acesso em outubro de 2021.

SANTOS, J. L. dos. OLIVEIRA, A. L. do N. **A organização da defesa na ilha de Itamaracá no período colonial: uma contribuição para história do litoral de Pernambuco.** Lepaarq, Pelotas, v. 21, n. 11, p.2-11, 15 mar. 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.), HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VAINFAS, R. **Jerusalém colonial. Judeus portugueses no Brasil holandês.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 376 p.